

Apresentação do dossiê

A primeira década do século XXI pode ser considerada marco de uma mudança fundamental na percepção de quem somos nós, os brasileiros. Fruto de um longo processo de lutas e disputas simbólicas recobertas pela ideia de país mestiço e harmônico, finalmente nos descobrimos em berço esplêndido como descendentes de africanos, europeus, asiáticos, nativos etc.

A mestiçagem e a miscigenação realmente existentes têm sido deslocadas de seu sentido anterior, no qual às origens ancestrais de muitos pouca ou nenhuma importância era conferida, para um reconhecimento de sua centralidade no processo de estigmatização ou mobilidade social de um grupo. Dessa forma, o imaginário social que conferia à mestiçagem o estatuto prioritário de nomeação de boa parte dos brasileiros, encobrindo suas origens, tem dado lugar, por exemplo, aos prefixos afro, euro etc.

O debate sobre as diversas formas de ser brasileiro ademais tem contribuído para uma (re)discussão dos usos e sentidos de nossa cultura plural. A diversidade como um valor está presente nos vários discursos que perpassam nossa experiência cotidiana. A questão então é saber do que estamos falando: uma diversidade que faz ou não faz diferença? Uma diferença indiferente ou não à diversidade?

O dossiê que ora apresentamos tem como objetivo fazer a diferença, não só em relação ao contato com os temas e problemas que estão na base das lutas sociais do passado e do presente, mas também propiciar aos leitores, de modo geral, um conjunto de novas possibilidades de tratamento de questões que atravessem nosso cotidiano.

Os artigos que o compõem procuram associar reflexões das ciências sociais com os debates públicos em relação a cidadania, igualdade, educação – em especial os discursos sobre diversidade e diferença que atravessam na contemporaneidade as políticas educacionais, as ações afirmativas e a mídia e os novos embates que surgiram no chamado “campo das relações étnico-raciais”.

Dessa forma, o provocante texto de abertura do dossiê intitulado “A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (A liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)”, de Antonio Sergio Alfredo Guimarães, ao analisar, a partir de novas interpretações da história, o momento do advento da República no Brasil, observa que sua recepção foi diferenciada em relação à posição que cada grupo de cor/status ocupava no sistema escravista.

De acordo com o autor, a sua busca é pelas “raízes de uma identidade nacional que tem seu núcleo na mistura inter-racial ou na recriação de identidades pós-africanas, opondo-se ao modo como o colonizador europeu pensou o Brasil, isto é, como expansão de sua cultura e de sua raça para o Novo Mundo”.

Guimarães centra seu foco analítico em dois movimentos político-sociais do final do século XIX: o abolicionismo e o republicanismo, a partir dos quais constrói duas hipóteses. A primeira é de que nesses movimentos estão em jogo ideias de liberdade, igualdade racial e cultura mestiça. A segunda hipótese é de que, em todo o período considerado, os negros, a classe média urbana “branca” e as elites agrárias moveram-se de forma muito distintas em relação ao ideário de liberdade, igualdade e fraternidade. O artigo coloca em questão a forma como os distintos segmentos pensavam e/ou percebiam de forma fragmentada os valores da modernidade e contemporaneidade políticas brasileiras entre 1870-1930.

O segundo artigo “Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emanipação do corpo e da corporeidade negra”, de Nilma Lino Gomes, com base nas contribuições epistemológicas do sociólogo Boaventura de Souza Santos, inspirada na sociologia das ausências e das emergências, a autora parte do pressuposto de que o movimento negro como ator político – não sem conflitos e contradições – tem se constituído como um dos principais mediadores entre a população negra, o Estado, a sociedade e a escola. Nesse sentido, ele é capaz de organizar e sistematizar saberes específicos da comunidade negra construídos ao longo da sua experiência coletiva em diferentes dimensões da vida social. No contexto sociopolítico atual, pela educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência, ou seja, em ausências.

Dessa forma, a (re)emergência do movimento negro no Brasil contemporâneo, nos 70 do século XX, situa-se em um campo de possibilidades de crítica social, pelas constantes tentativas de fundir os saberes de matriz africana em saberes brasileiros, negando a origem ancestral de seus produtores e, ao mesmo tempo, uma luta política pelo reconhecimento daqueles saberes na constituição da nação. Os corpos negros operam nessa tensão entre a rejeição e o desejo, visibilidade estereotipada e invisibilidade.

Para a autora, os projetos, os currículos e as políticas educacionais ainda têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. E não enfrentam a tensão regulação-emanipação sociorracial do corpo e da corporeidade negra. Por isso, precisamos construir uma nova forma de emancipação sociorracial do corpo.

Em contraste com as perspectivas que nos remetem a uma ideia de reconstrução do passado com o objetivo de recriarem as experiências pretéritas de negros, mestiços e brancos, a autora aproxima-se de Aimé Cesaire para quem a nossa época é a da identidade reencontrada, a da diferença reconhecida, a da diferença mutuamente consentida e, porque conhecida, superável em complementariedade a qual torna possível, uma solidariedade e fraternidade nova.

O terceiro artigo “Fora do quadro: a ação afirmativa nas páginas d’*O Globo*”, de Feres *et al.*, com base no desenho que as políticas de ações afirmativas assumem no Brasil contemporâneo, combina uma análise da forma institucional variada que as mesmas vêm assumindo no país com a cobertura que a mídia impressa vem realizando. O periódico escolhido é o jornal *O Globo*.

A educação superior, ao admitir o ingresso diferenciado, incluindo reserva de vagas para negros e outros grupos subalternizados, transformou-se no principal do debate contemporâneo do país. O texto permite que o leitor, com base na leitura minuciosa realizada pelos pesquisadores das resoluções que deram origem aos programas de ações afirmativas e, em contraste, com o tratamento jornalístico do tema, tire suas próprias conclusões sobre a forma como parte do segmento midiático tem dialogado, se posicionado e repercutido a evolução das políticas de ações afirmativas.

Por último, o texto “A diferença e a diversidade na educação”, de Anete Abramowicz *et al.*, nos remete à reflexão dos usos e as concepções que norteiam a utilização do termo diversidade e/ou diferença no debate brasileiro e contemporâneo na educação. Para as autoras, a utilização dos termos diversidade e diferença de forma indiscriminada nesse período sugere que o que elas denominam de processo de “ascensão da diversidade” é um dos resultados das lutas sociais travadas no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, ao mesmo tempo que os movimentos sociais vivenciam algumas conquistas, as autoras observam deslocamentos e (re)significações em distintas perspectivas teóricas que se ocupam dessa temática, tentativas de adaptações da matriz de políticas públicas. Em outros termos, a questão que emerge é a seguinte: como compatibilizar nas políticas públicas as exigências de respeito à diferença reivindicadas por grupos sociais sem restringir-se ao relativismo cultural?

Ao mesmo tempo, essas distintas perspectivas teóricas atribuem diferentes significados e possibilidades à ideia de diversidade e diferença. Ao sintetizarem esquematicamente as perspectivas em disputa na conformação da política educacional, as autoras identificam três orientações mais visíveis: a primeira trata as diferenças e/ou diversidades como contradições que podem ser apaziguadas – a

tolerância seria uma das muitas outras formas de apaziguamento. A segunda vertente, denominada liberal ou neoliberal, usa a palavra diferença ou diversidade como estratégia de ampliação das fronteiras do capital. E, por fim, a perspectiva que enfatiza as diferenças como produtoras de diferenças, as quais não podem se apaziguar, já que não se trata de contradições.

Uma observação final sobre os textos do dossiê é que, embora os autores(as) sejam e atuem em diversas áreas/disciplinas de conhecimento, podemos identificar a importância que a questão étnico-racial adquire no debate acadêmico e na agenda política nacional; em todos os textos, ou subtextos, a ação do movimento negro traz à tona o debate sobre a aceitação ou rejeição da raça, articulada como uma categoria analítica e de luta política e, também, uma releitura da matriz de política pública, em especial a educacional, pelo Estado brasileiro, que se dá sob a égide da diversidade.

Valter Roberto Silvério

Departamento de Sociologia da UFSCar